

TRABALHO

Lideranças do Interior veem impacto do fim da escala 6x1

Lívia Araújo
livia@jcrs.com.br

Dirigentes de entidades empresariais do Interior gaúcho reagiram com preocupação à aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que extingue a escala 6x1 e reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas, com dois dias de descanso obrigatórios, sem redução salarial. O texto foi aprovado em dois turnos, no dia 27 de maio e está em análise do Senado.

Lideranças de Caxias do Sul, Estrela e Santa Cruz do Sul avaliam que a medida foi conduzida de forma eleitoreira, sem debate suficiente com os setores produtivos, e preveem aumento de custos trabalhistas, dificuldades de contratação e repasse de preços ao consumidor.

O presidente da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul (CIC Caxias), Ubiratã Rezler, ressalta que a PEC ainda não está vigente e pode sofrer alterações no Senado, mas alerta para os efeitos caso o texto seja mantido. Segundo ele, a redução de quatro horas semanais, sem correspondente diminuição de salários, representa um aumento de aproximadamente 10% no custo direto de



Medida é considerada como 'eleitoreira', por ter sido trabalhada sem o debate suficiente com setores da cadeia produtiva

mão de obra para as empresas. "Nós estamos regravando em horas e não em produtividade. Esse impacto vai gerar uma perda de competitividade enorme, e parte dos custos vai ser repassada para o pagador, mas nem todos conseguem fazer isso", afirmou.

Para o dirigente, a aprovação da PEC tem caráter eleitoreiro. "É algo que está pendendo para

um lado só, sem uma análise mais aprofundada, com um grande impacto que gera", avaliou.

O vice-presidente de Serviços da CIC Caxias, André Zuco, aponta um agravante prático: com a aprovação da PEC, todas as convenções coletivas vigentes perderiam validade em 60 dias, obrigando categorias a renegociar acordos que,

em muitos casos, já funcionam adequadamente para suas especificidades.

A posição da CIC Caxias é de pressão pela "coerência" no Senado e, no mínimo, por uma transição mais longa e pela contrapartida de redução de encargos sobre a folha de pagamento. "Minimamente, essa diminuição de horas também deveria ser encaminhada por

uma diminuição dos encargos e impostos que pagamos. E nós ainda acreditamos que haverá uma extensão desse prazo para que isso entre em vigor de forma mais calma", pontuou Rezler.

Em Estrela, no Vale do Taquari, o vice-presidente da Câmara de Comércio, Indústria, Serviços e Agronegócio (Cacis), Leandro Kremer, reconhece o mérito social da proposta, proporcionando maior convívio familiar e qualidade de vida, mas alerta para os efeitos concretos sobre as empresas. No varejo de calçados e confecções, setor em que atua, Kremer aponta que trabalhadores remunerados por comissão serão diretamente afetados pela redução de horas disponíveis para venda.

Além disso, o aumento de custos com contratações tende a encarecer produtos que já enfrentam concorrência acirrada de importados. "O produto nacional fica muito mais caro do que o que vem de fora. É mais um custo que vai se adicionando e diluindo uma lucratividade que já é mínima", disse. Para Kremer, a legislação por hora seria mais eficiente do que um limite fixo de jornada. "Seria muito melhor se a legislação fosse por hora. Do jeito que está, ela é engessada para quem quer trabalhar", avaliou.

Falta de mão de obra pode agravar adaptação às novas regras

A necessidade de recompor escalas de trabalho diante da redução da jornada semanal esbarra em um problema que antecede a discussão sobre a escala 6x1: a escassez de mão de obra qualificada nos polos produtivos do interior gaúcho. Em Caxias do Sul, a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços (CIC) pontua que contratar novos trabalhadores para cobrir as horas reduzidas será, na prática, tão difícil quanto absorver o custo financeiro da mudança.

André Zuco aponta que muitas empresas da região já operam com vagas abertas há meses sem conseguir preenchê-las. No setor de serviços, onde a operação não para, a reposição de horas é obrigatória, e não há trabalhadores disponíveis para isso. "Além do

custo econômico, tem um custo real e prático. Ainda não se sabe como isso vai ser feito", afirmou.

Em Estrela, Leandro Kremer, vice-presidente da Cacis, salienta a mesma dificuldade. Com necessidade já identificada de novas contratações em suas lojas de calçados em Estrela e Lajeado, o empresário enfrenta um mercado em que parte

dos trabalhadores prefere a informalidade ou o trabalho como microempreendedor individual, o que complica a reposição formal de quadros. "Eu tenho uma necessidade de contratação, mas tenho uma dificuldade de mão de obra. Existe um grande número de pessoas que estão na informalidade e querem continuar desse jeito", disse.



Kremer identificou necessidade de contratação de novos funcionários para lojas

Entrave em contratações pode abrir espaço para trabalhadores 50+ no RS

A dificuldade de reposição de mão de obra no comércio do Vale do Rio Pardo, que tende a se aprofundar com a eventual redução da jornada semanal, pode abrir uma oportunidade para um perfil de trabalhador ainda subutilizado pelo setor: os profissionais com 50 anos ou mais. A avaliação é do presidente do Sindilojas Vale do Rio Pardo, Mauro Spode, que vê na chamada economia prateada uma das saídas para o gargalo de contratações.

Spode observa que o varejo local já enfrenta dificuldades para atrair trabalhadores mais jovens, que tendem a rejeitar escalas que incluem sábados e mostram menor disposição para se adaptar às exigências do atendimento

ao cliente. Trabalhadores mais maduros, na avaliação do dirigente, apresentam perfil mais aderente às necessidades do comércio, como maior estabilidade, experiência de relacionamento e disposição para permanecer no emprego formal. "O varejo está muito focado nessa geração como consumidor, mas também acho que uma das saídas vai ser trazer essa turma para o mercado de trabalho", afirmou.

O tema ganhou reforço recentemente em evento promovido pelo Sindilojas, onde a economista-chefe da Fecomércio-RS, Patrícia Palermo, abordou a tendência de valorização dos trabalhadores acima dos 50 anos tanto como consumidores quanto como força de trabalho.